

1 Ata da reunião ordinária do dia doze de novembro de dois mil e vinte e cinco, iniciada às oito horas e
2 trinta e cinco minutos, após a constatação de quórum. A presidenta Teany cumprimentou todos, pediu
3 a conselheira Marília para fazer uma oração, após, colocou a Ata da reunião extraordinária do dia
4 dezoito de setembro e da reunião ordinária do dia oito de outubro em aprovação, foram aprovadas e
5 convidou o secretário Raul para falar sobre o programa de Residência Médica. O secretário Raul
6 cumprimentou todos, solicitou que a presidenta da Santa Casa, Drª Santina, ficasse à frente com ele,
7 disse que a primeira conversa com ela foi de tentar aproveitar o espaço da Santa Casa com serviços
8 que não tem em outros municípios, o Estado está sobrecarregado de especialidades, só tem
9 ortopedista especialista de joelho em Vitória, o governo federal lançou o Programa Mais Especialista e
10 tentaram anexar umas questões para pleitear o serviço, algumas especialidades precisam de
11 laboratório específico, colocaram como referência: a Santa Casa, os ambulatorios do município e a
12 APAE, fizeram o Projeto e criaram o Conselho de Residência Médica do Município, as entidades
13 UNESC, São José e ICEPI tem a sua residência, trouxe para o Conselho para alinhamento e firmar
14 alguns convênios, o governo federal custeia uma parte e o foco é o profissional de residência que
15 poderá atender como especialista, ninguém vai tirar esse serviço do município, trouxe esse parecer
16 mas temos que esperar a aprovação do MEC. A presidenta da Santa Casa Drª Santina, disse que a
17 classificação da Santa Casa é média e baixa complexidade, eles tem muita vontade de fazer essas
18 cirurgias eletivas de otorrino, oftalmo e ortopedista e tem que haver um pagamento justo para os
19 profissionais, e depois que se formam tem que ter o plantão presencial. O secretário Raul disse que a
20 fila de oftalmologia está praticamente zerada, com dois mil e quinhentos pacientes que esperavam seis
21 meses e hoje se espera dois meses. A presidenta Teany perguntou se a Secretaria de Saúde está
22 preparada para segurar esses especialistas. O secretário Raul disse que a maioria dos especialistas
23 que se formam em Colatina ficam aqui, são raras especialidades que vão embora, depende da
24 proposta após a formação, dar cargo de responsabilidade nos hospitais e chamando para trabalhar
25 dentro das outras entidades de ensino, que nenhum pediatra quer trabalhar no SUS sendo que o
26 plantão custa oitocentos reais a mais do que do clínico; não conseguem competir com o valor mais alto
27 do plantão de ginecologista de outros municípios, quando tem o profissional efetivo no município, não
28 pode pagar salário maior pelo contrato do consórcio, e o salário de concurso para médico em Colatina
29 é muito ruim e pior comparado a outros municípios, o teto é o que o profissional concursado ganha. A
30 conselheira Denise perguntou das demandas de consultas. O secretário Raul citou o exemplo das
31 consultas de proctologista, disse que o profissional da regulação do ano passado não lançou, e havia
32 oitocentas consultas sem ser lançadas no sistema e a Drª Santina me relatou que o ambulatório estava
33 vazio, não havendo mais perguntas, agradeceu o espaço cedido. A presidenta Teany convidou o
34 coordenador Thiago para falar sobre o ambulatório de saúde trans da policlínica. O coordenador
35 Thiago Carvalho cumprimentou todos, se apresentou, disse que é médico responsável pela saúde
36 mental do ambulatório de hormonioterapia na Policlínica, disse que é o único ambulatório fora da
37 região metropolitana, trabalham com prevenção primária, e tendo ambulatório para orientar os
38 pacientes não tem: suicídio, casos de agressão, overdose, autolesão; o paciente é identificado com
39 comportamento de risco com agravo; na prevenção secundária é comum o uso clandestino de
40 medicação com necrose e problema de fígado, tem uma média de vinte pacientes com orientação e
41 prevenção de agravos; existe a política nacional de saúde para a população LGBTQIA+, o município
42 tem que implementar o serviço, o Estado e o governo federal dão suporte teórico; aqui o município
43 trabalham com suporte ambulatorial, que é o atendimento e prescrição, a demanda cirúrgica é
44 encaminhada para o Estado. A secretária Jacimara disse que o Estado não está fazendo as cirurgias.
45 O coordenador Thiago disse que até o ano passado, o Estado contratava o profissional de fora e trazia
46 para cá, com um custo de oitenta mil reais e aqui não tem essa demanda. O subsecretário Lucas pediu
47 a fala e disse que a diferença é o atendimento nas unidades de saúde, há muito preconceito ainda, as
48 pessoas precisam de um lugar seguro para serem atendidas. A conselheira Denise perguntou como é
49 o acesso a esse serviço. A conselheira Mirelly disse que atendeu e encaminhou uma pessoa para a
50 HUCAN que era quem fazia a cirurgia, e disse que na questão da violência é necessário a notificação
51 provisória; tem que fazer capacitação para os profissionais do acolhimento da recepção até o médico,
52 para saber e encaminhar, a política de saúde para esse perfil é preconizado pelo SUS desde dois mil e

53 treze. O coordenador Thiago disse que o serviço é porta aberta para maiores, a partir das dezoito
54 horas, ofertado na Policlínica, os menores são acolhidos e enviados para a HUCAN, a saúde LGBT é
55 da UBS, não precisa de médico especialista para cuidar deles e vai conversar com os profissionais
56 para fazer as notificações. O secretário Raul disse que fazem busca ativa, falaram que eu estava
57 tirando de outras pessoas para ofertar a esse público, a saúde mental é para todos, a pessoa que
58 tenta o suicídio é onerada pelo sistema para a vida toda, fica acamada, dependendo de sonda, fralda e
59 quando o suicídio não dá certo é despesa para o SUS com leito de UTI; a pessoa que faz transição de
60 gênero e quer trocar de sexo, vai para o exterior, lá não tem o que tem no Brasil que é a saúde mental,
61 aqui para conseguir são dois anos, é o maior índice de suicídio por não ter esse acompanhamento;
62 quando entrei já existia esse serviço, a promotoria me enviou ofício pedindo esclarecimento de como
63 funcionava e foi colocado no portal da transparência. A conselheira Maria do Carmo quis saber dos
64 atendimentos de psiquiatria para os servidores. O coordenador Thiago disse que o ambulatório fica na
65 policlínica. A conselheira Mirelly falou que o Hospital São José é referência para atendimento de
66 violência sexual à mulher e existe um serviço polêmico que é a interrupção da gravidez prevista em
67 Lei, e que os profissionais não podem colocar a opinião pessoal. A conselheira Iraci disse que o
68 processo indo devagar as pessoas vão se acostumando, e a pessoa tem direito de estar nesse
69 espaço. O coordenador Thiago agradeceu ao Conselho pelo espaço cedido. A presidenta Teany
70 parabenizou o coordenador Thiago e o secretário Raul pela divulgação do serviço, e convidou o
71 subsecretário Lucas para apresentar o Plano Municipal de Saúde 2026/2029. O secretário Raul pediu
72 licença e disse que no início do ano pensou em fazer em cinco meses várias reuniões para construção
73 do Plano Municipal de Saúde, mas o governo estadual fez uma proposta para todos os municípios, que
74 foi uma formação com certificação de um curso de oito meses para construção do Plano; muitos
75 municípios faziam o plano e não cumpriam a meta e entravam uns indicadores muitos baixos; nesse
76 programa a devolução do curso era a finalização do Plano Municipal de Saúde e acabou que não
77 fizemos as reuniões programadas com cada órgão; o Plano Municipal de Saúde hoje no Estado inteiro
78 foi construído de uma forma unificada, cada município colocou sua realidade e não colocou muitos
79 itens destrinchados como era feito antes, pois o Estado colocou como premissa o que vai ser
80 cumprido, não adianta colocar no Plano um orçamento e não atingir; foram orientando e cortando
81 muita coisa do Plano e explicando para os munícipes da gestão a importância de cada ponto; quando
82 teve a conclusão do Plano em setembro, conversei com o Lucas e a Marina que ficaram responsáveis,
83 o Plano foi baseado nos indicadores de saúde que Colatina vem alcançando, com uma pessoa do
84 Estado específica para dar apoio, fizeram várias modificações para retirar ou acrescentar algumas
85 coisas que viram nos indicadores que Colatina tem, encaminhamos a minuta em setembro para
86 apreciação, se houvesse algo que nós colocamos e o Estado orientou explicaríamos hoje, e qualquer
87 sugestão ou modificação faremos agora e pediu que constasse na Ata que se no ano que vem o
88 Estado colocar novamente, a sugestão de ver com os conselheiros para não participarmos e fazer o
89 Plano da forma que eu tinha falado; foi interessante que o Estado dá muito norte até de investimento
90 que eles tem e participaram os profissionais Lucas, Marina e Ester. O subsecretário Lucas disse que
91 foi feito o treinamento e se está tudo bem em só mostrar os indicadores pois as primeiras noventa e
92 sete páginas são descrições da Secretaria de Saúde, e todos concordaram. A presidenta Teany disse
93 que pegando o Plano na página setenta e sete que fala do Hospital São José, não tem valores e no
94 Plano antigo constava valores. O subsecretário Lucas disse que vai entrar na Programação Anual de
95 Saúde, tem várias formas distintas que se compõe de planejamento dentro da saúde, esse Plano foi
96 baseado na Conferência Municipal de dois mil e vinte e três e traz um direcionamento geral, não
97 precisa colocar o valor gasto com o Hospital São José, e a qualquer momento pode ser mudado e
98 acrescentado. A conselheira Mirelly disse que a portaria de consolidação número um de dois mil e
99 dezessete determina a inclusão de no mínimo três elementos essenciais para elaboração do plano:
100 análise situacional; diretrizes, objetivos e metas; e o processo de monitoramento e avaliação; e que
101 então o orçamento não precisa estar contido nesse plano, ele está em conformidade. O subsecretário
102 Lucas disse que está em conformidade e foi o mais elogiado pelo comitê da SESA, demonstrou o que
103 está na Conferência; e continuou sua apresentação. A conselheira Michelini perguntou se os tablets
104 vão ser trocados, disse que a territorialização funciona mas sobrecarrega o ACS e se vai ter concurso.

105 O subsecretário Lucas disse que esse plano fala da melhoria do trabalho do ACS, a repactuação fala
106 que vai comprar tablet e a previsão é de processo de seleção para novos ACS. A presidenta Teany
107 solicitou mais tempo para a reunião e todos concordaram. A conselheira Anedina falou sobre a oferta
108 de vagas e porcentagem no CEO que está baixa. O subsecretário Lucas disse que está aumentando a
109 oferta das vagas em três por cento, esse percentual é de cobertura. A conselheira Mirelly sugeriu
110 alteração de redação no quantitativo de estudos, e frisar a notificação compulsória. O subsecretário
111 Lucas disse que seria outro indicador, esse é do ambulatório especializado, tem que mapear pela
112 vigilância, na PAS pode desdobrar o indicador com a possibilidade de colocar como ação. O convidado
113 Valdecir perguntou os horários que as farmácias funcionam nas UBS, porque as vezes não conseguem
114 chegar no horário. O subsecretário Lucas disse que no P.A. a farmácia funciona vinte e quatro horas. A
115 conselheira Denise disse que funciona vinte e quatro horas e não tem remédio, relatou para o
116 secretário Raul na reunião passada, e ele disse que desconhecia a falta de tal remédio; voltou no P.A.
117 e a funcionária disse que não tinha ali mas no bairro Santo Antônio tinha e que ali não tinha espaço
118 para armazenar; solicitou o acesso em São Silvano que é mais fácil para quem está do outro lado e
119 disse que os profissionais não dão a informação de onde tem. O subsecretário Lucas disse que é
120 correção de política, o sistema permite quando bem alimentado, fazer o mapeamento de onde está
121 faltando e abastece, podem retirar a medicação em qualquer lugar e vão analisar essa questão. A
122 conselheira Mirelly disse que não é mais SINAN é e-SUS VS. A secretária Jacimara perguntou se o
123 NEPS está ativo, pois a coordenadora saiu e até hoje não recebeu resposta de um memorando que
124 enviou. O subsecretário Lucas disse que está ativo mas está sem coordenação. A conselheira Iraci
125 perguntou se a análise da água é de acordo com o crime. O subsecretário Lucas disse que está
126 mantido as análises. O visitante Valdecir perguntou se existe outro laboratório para analisar a água e
127 se a água é ideal para o consumo humano. O subsecretário Lucas disse que tem o nosso laboratório e
128 o do Sanear, e pelos resultados dos laboratórios está tudo certo, disse que o município não tem
129 autonomia das ambulâncias do SAMU pois a gerência é estadual. A conselheira Iraci relatou que na
130 meta assegurar o funcionamento contínuo do Conselho se é a estrutura, e que não viu nenhuma
131 questão relativo à Conferência, se não precisa constar no Plano, disse que fez capacitação, falaram
132 que tem que ser feito no primeiro ano de gestão. O subsecretário Lucas disse que a Conferência é
133 realizada por lei, vão colocar como ação na PAS, a instrução da SESA foi de pegar as propostas feitas
134 na conferência de dois mil e vinte e três, disse que o município não descumpriu nenhuma norma por
135 não realizar a conferência este ano, existe no direito uma linha que sustenta teoricamente a realização
136 de mais de uma conferência, o Ministério da Saúde não encaminhou portaria determinando que os
137 municípios realizassem, quem é partidário desta linha vai orientar os conselheiros a forçar que seja
138 aplicada conforme o entendimento deles, estou registrando em Ata e sou responsável pelas coisas que
139 estou dizendo a vocês, o nosso plano não está deficitário e prejudicado pela não realização este ano. A
140 conselheira Iraci disse que não teve participação popular nesse Plano. O subsecretário Lucas disse
141 que teve a participação popular sim, pois vou realizada a Conferência em dois mil e vinte e três, que o
142 Plano nem poderia ser aprovado se não houvesse a participação popular. A conselheira Iraci disse que
143 não traz a necessidade e realidade de agora, que na questão da saúde muda muito. O subsecretário
144 Lucas disse que é por isso que a realização de uma conferência não traduz condição obrigatória para
145 acréscimo dos anseios da população deste ano, os acréscimos dos anseios da população este ano,
146 por isso em setembro enviamos a minuta do Plano para o Conselho analisar, sugerindo acréscimos e
147 sugestões, o Conselho pode acrescentar agora, ou proposta de acréscimo no ano que vem, esse
148 Conselho que está aqui nos permite a modificação desse Plano, mas não invalidar, podemos modificar
149 esse Plano, a indicação dos anseios da população vocês tem que enviar, submeter ao Conselho,
150 aprovar e incluir, não tornar inútil esse trabalho que foi feito à quarenta mãos, validado pela SESA. A
151 conselheira Marília falou sobre o orçamento do Conselho, que teriam que participar, está na lei. O
152 subsecretário Lucas disse que o Conselho tem e nem ele pôde participar do orçamento. A secretária
153 Jacimara disse que no orçamento do Conselho, tem que ter autonomia, ter a participação do Conselho
154 na formulação do orçamento. A presidenta Teany disse que foi apresentado o Plano, foi falado que teve
155 a Conferência em dois mil e vinte e três, nós recebemos o ofício da realização da Conferência de
156 janeiro à agosto do próximo ano, com relação ao Plano que foi apresentado e enviado a todos os

157 conselheiros, tem alguma dúvida, foi discutido aqui, algum conselheiro tem dúvida, pode ser
158 modificado a qualquer momento, colocou em aprovação e foi aprovado. A conselheira Iraci pediu que
159 conste em Ata, e quer o retorno da Secretaria na questão da Conferência, notificando porque não
160 aconteceu esse ano, que vocês tiveram a orientação do Estado, e quer saber quando terminar a lei
161 orçamentária para terem acesso à quantidade que veio para a saúde. O subsecretário Lucas disse que
162 o percentual obrigado é de quinze por cento e acima disso é conforme distribuição feita em secretarias,
163 com participação popular e aprovação do PPA, é adequado conforme as necessidades da saúde, não
164 temos poder de escolha de quanto pegar do executivo. Os conselheiros Hanna, João, Maria da Penha,
165 Surle e Vera justificaram sua ausência na reunião. A presidenta Teany agradeceu a presença de todos,
166 finalizou a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, e eu Jacimara, secretária do conselho, lavrei
167 a presente ata, a qual assino com a presidenta e demais conselheiros.

168 Teany Moreira (Presidenta)_____

169 Maria do Carmo Oliveira Cossi (Tesoureira)_____

170 Michelini dos Santos Sobrinho Ramos (Secretária Mesa Diretora)_____

171 Jacimara Braga Zanchetta Galdino (Secretária Executiva)_____

172 **ASSINATURA DOS CONSELHEIROS PRESENTES**

173 Anedina Soares da Silva (SISPMC/Suplente)_____

174 Arleide Brandão Braga (SEMUS/Titular)_____

175 Denise Custódio (UNASCOL/Titular)_____

176 Iraci Virgínia Gomes (Mitra Diocesana/Suplente)_____

177 José Ailton Pereira (SINDPREV/Titular)_____

178 Lauro Francisco de Paula (SINDIBANCÁRIOS/Suplente)_____

179 Marília Cruzio Avelino da Penha Alves Goldner (SISPMC/Titular)_____

180 Mirelly Pereira Manzini (SINDSAÚDE/Titular)_____

181 Santana Benezoli Simonassi (Santa Casa/Suplente)_____

182 **CONVIDADOS**

183 Lucas Freitas Roque (Subsecretário de Saúde)_____

184 Thiago Carvalho (R.T. Projeto Acompanhamento/Saúde-População LGBTQIA+ _____

185 Raul Edmo Teixeira Amiti (Secretário de Saúde)_____

186 Lucia Helena Cesar Bezerra (SEMUS)_____

187 Lucas Venturini Castro (Hospital São José)_____

188 Marina Bergamini (Auditoria/Saúde)_____

189 Izadora Faé (Auditoria/Saúde)_____

190 Valdecir Violetti (Convidado Mitra Diocesana)_____